

Alexander Araujo de Souza

O Abuso do Direito no Processo Penal

2ª edição

EDITORA LUMEN JURIS

RIO DE JANEIRO

2022

Copyright © 2022 by Alexander Araujo de Souza

Categoria: Direito Processual Penal

PRODUÇÃO EDITORIAL
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Diagramação: Rômulo Lentini
A LIVRARIA E EDITORA LUMEN JURIS LTDA.

não se responsabiliza pelas opiniões
emitidas nesta obra por seu Autor.

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, inclusive quanto às características gráficas e/ou editoriais. A violação de direitos autorais constitui crime (Código Penal, art. 184 e §§, e Lei nº 6.895, de 17/12/1980), sujeitando-se a busca e apreensão e indenizações diversas (Lei nº 9.610/98).

Todos os direitos desta edição reservados à
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

7222354

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE

S729a

Souza, Alexander Araujo de

O abuso do direito no processo penal / Alexander Araujo de Souza. –
2. ed. – Rio de Janeiro : Lumen Juris, 2022.
316 p. ; 23 cm.

Bibliografia: p. 255-298.

ISBN 978-85-519-1963-7

1. Processo penal - Brasil. 2. Devido processo legal. 3. Abuso de direito.
4. Boa-fé (Direito) 5. Direito e ética. I. Título.

CDD 345.8105

Ficha catalográfica elaborada por Roge Cavalcante da Silva CRB-8/010483

Sumário

Introdução	1
Capítulo I. Processo e relação processual penal	7
I.1. O processo e sua natureza jurídica.....	7
I.2. A relação processual e os direitos e deveres processuais	16
Capítulo II. O abuso do direito	25
II.1. Justiça, moralidade e abuso do direito	25
II.2. O abuso do direito. Evolução histórica. Dados do direito estrangeiro.....	32
II.3. A caracterização do abuso do direito segundo o novo Código Civil brasileiro	43
Capítulo III. O abuso do direito no âmbito processual	49
III.1. A evolução do abuso do direito e do dever de lealdade no processo civil. Dados do direito estrangeiro	51
III.2. O abuso do direito e a má-fé no processo civil brasileiro.....	58
III.3. A caracterização do abuso do direito no plano processual (civil e penal). O dever de atuar com lealdade, probidade e boa-fé...	61
Capítulo IV. O abuso do direito no Processo Penal	67
IV.1. O processo penal justo, o abuso do direito e a proscrição à má-fé. Dados do direito estrangeiro.....	67
IV.2. As partes da relação processual penal, o abuso do direito e o dever de proceder com lealdade e boa-fé	76
IV.3. O exercício abusivo do direito de ação penal. Evolução e publicização do sistema acusatório.....	86

IV.3.1. O abuso do direito na ação penal pública condenatória. As condições para o seu regular exercício.....	101
IV.3.1.1. A acusação e o conceito de justa causa: uma outra condição para o regular exercício do direito de ação penal condenatória.....	106
IV.3.1.2. Ainda uma outra condição para o legítimo exercício do direito de ação penal: a originalidade.....	108
IV.3.2. A exposição do fato criminoso e a imputação genérica.....	110
IV.3.3. A exposição do fato criminoso e a imputação alternativa.....	113
IV.3.4. O exercício abusivo do aditamento.....	120
IV.3.5. O exercício abusivo do direito de ação de iniciativa privada .	123
IV.3.6. Uma tentativa de minorar o abuso do direito por parte da acusação: a possibilidade de reação preliminar no juízo de admissibilidade da ação penal.....	125
IV.4. O exercício abusivo do direito de defesa no processo penal. O acusado e seu defensor	129
IV.4.1. Amplitude de defesa e plenitude de defesa: Direitos absolutos? ...	137
IV.4.2. A defesa protelatória	140
IV.5. O abuso nos requerimentos de medidas cautelares. Generalidades.....	142
IV.5.1. Os requerimentos abusivos de medidas cautelares típicas.....	154
IV.5.2. Os requerimentos abusivos de medidas cautelares atípicas e o poder geral de cautela do Juiz	161
IV.6. O abuso do direito relativamente à instrução probatória	167
IV.6.1. A ilicitude probatória.	171
IV.6.1.1. A inadmissibilidade das provas ilícitas por derivação e suas exceções	181
IV.6.2. As provas e diligências protelatórias	187

IV.6.3. A ocultação maliciosa da prova: o Ministério Público e a prova a favor do réu.....	192
IV.7. O abuso do direito no âmbito recursal. Generalidades	196
IV.7.1. A impossibilidade de fungibilidade recursal como decorrência da má-fé processual.....	199
IV.7.2. Os recursos interpostos com manifesto propósito protelatório. O caso dos embargos de declaração no processo penal.....	202
IV.7.3. O recurso do ofendido e do assistente de acusação	206
IV.7.4. A interposição de recurso pelo Ministério Público nas ações penais de iniciativa privada.....	211
IV.8. O abuso no exercício das ações autônomas de impugnação	214
IV.8.1. A possibilidade de abuso no exercício da ação de mandado de segurança contra ato jurisdicional.....	215
IV.8.2. O exercício abusivo da ação de <i>habeas corpus</i> . Generalidades.....	219
IV.8.2.1. A impetração do <i>habeas corpus</i> por outra pessoa que não o paciente	220
IV.8.2.2. A impetração de <i>habeas corpus</i> pelo Ministério Público.....	223
IV.8.2.3. A reiteração do exercício de ações de <i>habeas corpus</i> idênticas.....	224
IV.8.3. O exercício abusivo da ação de revisão criminal	226
Capítulo V. O sistema sancionatório ao abuso do direito	233
V.1. As sanções ao abuso do direito no processo penal	233
V.2. A responsabilidade das partes por abuso no processo penal.....	241
Capítulo VI. Conclusões	249
Bibliografia.....	255